



RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DO CONTROLE INTERNO	Nº 011/2025
Entidades envolvidas: Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e Procuradoria Geral Municipal.	Data: 26/06/2025

Finalidade: Manifestação quanto à observância ao princípio da isonomia, impessoalidade e moralidade no que concerne à realização de Concurso Público para preenchimento do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, conforme artigo 37 da Constituição Federal, em detrimento à contratação temporária excepcional.
--

Origem: A Prefeitura possui concurso em vigor, porém permanece com número excessivo de servidores contratados, em especial, nos cargos com vagas previstas no respectivo concurso.
--

Tendo em vista as competências do Controle Interno, previstas no Manual de Auditoria Interna, aprovado pelo Decreto Normativo nº 2759/2015, Capítulo III, Seção I, tópico 12.12, cabe a equipe de auditoria: ***“Emitir opiniões sobre documentos ou situações examinadas apoiando-se em fatos e evidências que permitam o convencimento razoável da realidade ou a veracidade dos fatos.”*** Apropriando-se destas funções emitimos a recomendação a seguir:

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, a Administração Pública deverá proceder observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que está previsto na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso II, que *“a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”*;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Domingos Martins realizou o concurso público nº 01/2023, de 09/11/2023, com o intuito de preencher cargos de carreira efetiva da estrutura administrativa de Domingos Martins, e que ainda assim há número excessivo de servidores contratados, em detrimento a regra estabelecida pela Constituição:

RECOMENDAMOS que a Administração promova as convocações do concurso supramencionado, que sejam possíveis, para o preenchimento de vagas existentes nos cargos previstos na estrutura administrativa da Prefeitura, e reavalie os cargos ocupados atualmente por servidores contratados, com o intuito de adequá-los aos casos estritamente permitidos pela lei e pela constituição.

Tal recomendação refere-se ao fato de que não obstante o concurso esteja vigente e estejam sendo realizadas convocações constantemente para o preenchimento efetivo dos cargos previstos, há ainda um número significativo de servidores contratados em regime temporário

RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DO CONTROLE INTERNO Nº 011/2025

excepcional, refletindo um uso excessivo de regime jurídico especial previsto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal que dispõe em seus termos:

“IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;”

Atualmente, o quantitativo de servidores, até março de 2025, abarcava 784 estatutários e 845 contratados, indicando um desvirtuamento da previsão de excepcionalidade da norma anteriormente citada. Deve-se ressaltar que ainda que estejam ocorrendo investidas em cargos de carreira efetiva, a proporção de servidores contratados não reduziu consideravelmente como se esperava, e isto, impacta também no Instituto de Previdência dos servidores municipais.

Os servidores temporários contratados sob esse regime, na Prefeitura de Domingos Martins estão condicionados à Lei Municipal nº 2162/2009 que regulamenta esta contratação. Para o Professor José dos Santos Carvalho Filho, este regime jurídico especial deve atender a 03 pressupostos, sendo estes a determinabilidade temporal da contratação; a temporariedade da função e a excepcionalidade do interesse público¹.

Nestes termos, entende-se que tanto a legislação, quanto a prática, vinculadas a esta norma constitucional devem ser restritivas e não podem ser destinadas ao exercício de funções permanentes.

Vale citar o julgamento da ADI nº 3.649/RJ, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) posicionou-se pela possibilidade de contratação por prazo determinado para suprir necessidade temporária relacionada à vacância de cargo efetivo, devendo perdurar apenas pelo tempo necessário à realização do próximo concurso público².

Neste contexto, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo emitiu o **Acórdão nº 00381/2025-9**, em abril deste ano, a respeito de fiscalização realizada em algumas Prefeituras do Estado sobre a contratação de servidores temporários em detrimento à contratação de servidores efetivos, e que resultou, na maioria dos fiscalizados, em porcentagens consideravelmente altas de servidores contratados. O documento acorda disposições que podem ser observadas pela Prefeitura de Domingos Martins, previamente, uma vez que se encontra em situação similar, e destacam-se as seguintes:

- a)** promover uma revisão e adequação da legislação municipal de modo a não contemplar dispositivos genéricos autorizadores de contratações temporárias, nos termos do art. 37, IX, da CF/88;
- b)** elaborar normativo próprio contendo o fluxo necessário para os procedimentos administrativos de contratação temporária de servidores, devendo, necessariamente, conter a exigência da motivação clara e fundamentada do setor solicitante quanto a real necessidade temporária e de excepcional interesse público, com manifestações fundamentadas pelos setores de recursos humanos, procuradoria jurídica e controle interno para todos os processos, a fim de se proceder a adequação ao art. 37, IX, da CF/88;
- c)** elaborar um plano de ação de revisão do vínculo de todos os atuais contratos temporários, detectando todas as situações de prorrogações irregulares com manifestação fundamentada técnica e jurídica;

RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DO CONTROLE INTERNO Nº 011/2025

d) estabelecer período de quarentena a ser respeitado pelos profissionais contratados temporariamente que já cumpriram os prazos de contratação previstos na legislação municipal e que porventura visem ser contratados novamente através de novo processo seletivo, como uma boa prática administrativa.

e) realizar processo seletivo com critérios objetivos que garantam a isonomia e a impessoalidade, em todas as contratações de pessoal temporário para não afrontar ao artigo 37 da CF/88, podendo acarretar, sanções aos gestores que derem causa a sua não realização.

f) não contratar servidores temporários para a execução de atividades ordinárias permanentes e/ou que não sejam indispensáveis para não afrontar ao artigo 37, IX, da CF/88 e ao Tema 612 do STF;

g) observar que a manutenção dos mesmos agentes temporários por longos períodos de tempo pode descaracterizar o caráter temporário e configurar vínculo permanente com o município, incorrendo no risco de arcar com verbas trabalhistas, como 13º salário, férias remuneradas acrescidas do terço constitucional e FGTS.

Este fato demonstra que há um monitoramento realizado pelos órgãos de controle externo, no que concerne às contratações temporárias, além do controle social, que impelem os órgãos a ampliarem o fortalecimento da transparência dos atos de pessoal e a buscarem formas imparciais de admissão de pessoal para o desenvolvimento das funções públicas.

Domingos Martins – ES, 26 de junho de 2025

Franciele Luzia Holz
Controladora Geral Municipal
Matrícula nº 12640

Renata Peterle Ronchi Oliveira
Auditora Pública Interna
Matrícula nº 10526

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 26. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2012. São Paulo: Atlas, 2013. p. 606-607.

2. *Inteiro teor do julgamento deste precedente judicial disponível em:*

https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/searchclasseNumeroIncidente=%22ADI%203649%22&base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true.